

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO NAS/ DAS ESCOLAS DO CAMPO DE SÃO JOSÉ DO NORTE: DISCUSSÕES E APONTAMENTOS.

Iviliane Gautério da Silva – FURG
Vânia Roseane Pascoal Maia – FURG
vaniapascoal@gmail.com
Carlos Roberto da Silva Machado – FURG
karlmac@ig.com.br
Eixo 11: Educação Infantil (do campo e da cidade)

Resumo: O presente artigo pretende discutir as realidades atuais das escolas do campo de São José do Norte, compartilhando das ideias de alguns estudos sobre o tema os quais entendem como fundamentais na área uma educação que compreenda os envolvidos como sujeitos de direitos, isto quer dizer, uma educação que considere a identidade das pessoas que vivem no meio rural, rompendo com a concepção recorrente de que “o rural é atrasado”. Tal proposta pretende relatar as características das escolas rurais na cidade citada, a situação atual da mesma; a presença de turmas multisserieadas; o currículo com uma visão, na maioria das vezes, urbana; A verificação da presença ou não de uma equipe diretiva nas escolas; a formação dos educadores que trabalham em tais escolas e ainda sobre a infância neste contexto. Seria possível, apoiados na Sociologia da Infância, que as crianças destes locais se posicionassem sobre a escola que frequentam; o lugar que fazem parte, a infância que vivenciam e contribuíssem para a construção de uma Educação e Infância que correspondam às suas realidades? A partir deste texto e apoiadas em outros estudos sobre os temas, queremos discutir tais questões apontando a necessidade de um estudo que não perca de vista às realidades e os atores locais, numa inter-relação com os demais sujeitos que também compõem a Educação e a infância(s) estudadas.

Palavras-chaves: Educação do campo, Infância, escolas rurais e São José do Norte.

Breve histórico da cidade de São José do Norte- RS:

O Município de São José do Norte possui uma área de 1.117,87 Km² e faz parte de uma península situada entre o oceano Atlântico e a Laguna dos Patos. Para chegar lá é preciso realizar a travessia de lancha ou de balsa. Outra maneira de acesso é pela BR 101, antigamente conhecida como “Estrada do inferno”, nome atribuído devido às péssimas condições em que se encontrava o lugar.

A pacata cidade possui 25.000 habitantes, sua economia se divide entre a pesca, que pelo motivo da atividade predatória passa por grandes dificuldades; e a agricultura, basicamente o monocultivo da cebola, produto que já fez a cidade ser conhecida mundialmente pela sua quantidade e qualidade. Hoje, porém, por fatores como a falta de incentivos, baixos preços do produto e pela concorrência com estado de Santa Catarina e Argentina, passa por uma crise comercial.

No que se refere à educação São José do Norte possui¹ um total de vinte e oito escolas, sendo quatorze, municipais. Destas, oito localizam-se na zona rural, onde apresentaram quinhentos e oitenta e um alunos matriculados no ano de dois mil e doze e que se dividem do primeiro até o nono ano. Existe no município apenas uma escola com turma de educação infantil.

A cidade possui ainda quatro escolas estaduais, estando duas na zona rural e sendo uma delas, a única a apresentar o ensino médio. Dessa forma, terminando o ensino fundamental o aluno terá que se deslocar para a cidade, caso deseje completar o ensino médio.

O município possui um dos maiores índices de analfabetismo (22,28% em 2000²), estando a grande maioria do número de analfabetos localizados na zona rural. Fato que, a princípio, pode ser justificado pelo fato de grande parte dessa população ter que deixar a escola para ingressar no trabalho junto à agricultura ou/e ainda por encontrarem dificuldades de acesso às escolas nessas mesmas localidades (sem falar ainda na inexistência de espaços educativos formais em algumas dessas áreas). Questões, portanto, que precisam e podem ser aprofundadas, inclusive em uma pesquisa junto aos sujeitos do lugar.

Um panorama sobre a educação do campo

Uma educação do campo de qualidade deve visar uma educação que compreenda o sujeito do campo como um ser de direitos, essa educação deve ser pensada pelo campo e não para o campo, a partir da história e da cultura dos sujeitos que vivem lá. Assim, segundo ARROYO, CALDART E MOLINA (2009:151): “Trata-se de uma educação *dos* e não *para* os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem”.

Por muitas vezes a educação no meio rural tem uma visão urbana, no referido município os sujeitos que vivem no campo são agricultores e pescadores e ainda assim, é raro ver nos currículos, livros didáticos e exercícios escolares, linguagens que expressem o mundo destes sujeitos. A educação e o currículo, muitas vezes, assim são pensados para um modelo de aluno ideal, desfocado do contexto original e, em se tratando de alunos do meio rural, essa

¹ Dados colhidos na Secretaria Municipal de Educação de São José do Norte em junho de 2012.

² As informações contidas neste projeto sobre a cidade de São José do Norte foram adaptas a partir da **História do Município de São José do Norte**. Disponível em www.saojosedonorte.rs.gov.br, acesso em 17 de abril de 2011. E também MACHADO, Maria Elvira Silveira. RIVERA, Mara Rúbia Pinho. **São José do Norte Terra de Águas Claras e Areias Brancas**. Disponível em www.saojosedonorte.rs.gov.br, acesso em 16 de junho de 2011.

situação se agrava, pois os livros didáticos e apostilas que vêm para o grupo escolar trazem maciçamente essa visão urbana, descaracterizando os meios de vida desses sujeitos e desconsiderando-os em suas particularidades, queremos dizer, as particularidades dos grupos sociais aos quais eles pertencem, que como nos referimos no início, são em sua maioria, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura, pescadores e pescadoras.

Dessa forma, podemos dizer que a educação no campo em São José do Norte, assim como no Brasil possui questões desafiadoras que estão sempre em debates no mundo acadêmico e que merecem atenção e investigação quando falamos sobre avanços, principalmente os obtidos nos últimos anos, como frutos de políticas sociais e educacionais dos governos de esquerda no Brasil. Em São José do Norte a educação no meio rural teve alguns avanços considerados nos últimos tempos, porém não há dúvidas de que existem ainda muitos pontos que precisam ser pensados, desenvolvidos e reajustados.

A falta de investimento e de políticas públicas voltadas para as escolas do meio rural desencadearam dificuldades nesse tipo de ensino. Há poucos anos, por exemplo, as escolas na cidade estudada, tinham problemas graves de infraestrutura, muitas vezes as aulas eram ministradas na cozinha da instituição ou em salas improvisadas. Os materiais básicos necessários para um bom aproveitamento do ensino eram precários ou muitas vezes nem existiam, denotando o descaso do poder público com este tipo de escola e de ensino. Isto não quer dizer que a situação atual esteja muito distante da constatada e descrita acima, mas consideramos aqui algumas melhorias encontradas, embora a nossa intenção seja aprofundar estes dados, junto às referidas comunidades, para compreendermos a situação concreta atual, para além de dados dos quais tivemos acesso.

Podemos falar sobre o repasse de verba PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) que é dado conforme o número de alunos. De acordo com o último censo escolar e fazendo um comparativo com as escolas da cidade, o repasse para o meio rural fica sempre em desvantagem, pois é considerado o número de alunos, o que no caso aqui estudado, é sempre em menor quantidade. Assim sendo, a verba disponível nem sempre é suficiente para as necessidades destas instituições de ensino e elas se veem obrigadas a funcionarem de forma muitas vezes precária, o que ocasiona uma qualidade abaixo do esperado, traduzido em falta de materiais básicos e estruturais, como também, pela falta de incentivo aos seus profissionais que não têm em sua rotina o mínimo necessário para desenvolver um bom trabalho.

O que tem acontecido em São José do Norte nos últimos anos é a nucleação das escolas. Com o argumento de que determinada instituição de ensino tem mais qualidade que outras, fecham essas últimas e repassam os seus alunos para escolas mais longínquas. Assim,

estudantes demoram mais tempo para chegar ao determinado local e por muitas vezes chegam já cansados, visto o fato de terem que sair muito cedo de casa.

Consideramos a importância das crianças estudarem próximas às suas moradias e entre outros fatores, concordamos com Arroyo, quando ele fala da questão das “raízes” que os sujeitos criam quando estão em um espaço educativo próximo à sua realidade, citando as “*vivências de suas infâncias*”:

A solução me parece que não é tirar as crianças de seu lugar e leva-las para outro lugar. A famosa nucleação de escolas. Me parece que essa não é a solução. Sobretudo, para a educação fundamenta. Por que? Porque a criança gasta 3, 4, 5 horas para chegar (...) a criança chega à escola cansada, com sono... Mas não é só isso e sim, sobretudo, porque a escola tem que estar vinculada às raízes de suas vivências, de sua família, de sua experiência completa. A escola tem que estar colada às raízes mais imediatas das vivencias de infância. (1999:43)

Se fizermos ainda um comparativo dos dados dos últimos censos escolares podemos verificar que as escolas rurais de São José do Norte têm diminuído: No ano de dois mil e dez, por exemplo, a cidade possuía dez escolas. Neste ano de dois mil e doze, possui oito! O que nos dá uma média de uma escola fechada por ano. Nesse mesmo sentido, verificamos que o número de crianças não retrocedeu, pelo contrário, teve crescimento. E então indagamos: Por quais motivos as escolas não têm acompanhado esse crescimento?

A quem interessa escolas no meio rural? A quem interessa, igualmente, o não enfrentamento aos índices que citamos sobre o analfabetismo na região? Existe uma preocupação com os filhos e filhas dos agricultores/as no que se refere à educação formal ou o que se quer é cada vez mais são pessoas menos instruídas e que possam dar continuidade a um círculo vicioso de falta de oportunidades, descaso e miséria?

Sobre as nucleações ainda, há os que as defendam argumentando que os alunos poderão ter acesso às escolas melhores, turmas por serie, professores mais qualificados, conclusão do ensino fundamental e merenda escolar com melhor qualidade. Então levantamos a questão: A solução seria transferir os alunos de um lugar para outro ou qualificar as escolas que já existem? Lembrando que a qualificação passaria por melhores infraestruturas, valorização profissional, condições de acesso e permanência dos estudantes, consideração de seus lugares e suas vivências para a elaboração do currículo escolar, entre outros fatores.

É pertinente salientar que ainda nos deparamos com escolas com turmas multisseriadas no referido município, por falta de salas de aula e de professores. Nestas turmas os professores têm que dividir o quadro em cada lado para uma modalidade de ensino, ou seja, para suprir a falta de pessoal, material e espaço adequado, os trabalhadores da

educação têm que se desdobrarem para atender várias crianças em um mesmo lugar. Sem falar na atenção e no tempo dividido com cada turma, dificultando assim o trabalho das professoras e professores, visto que as idades e níveis de aprendizagem obviamente são diferentes. Que qualidade é possível de se esperar nesta forma de ensino? De que forma os profissionais podem desenvolver um trabalho com qualidade se não contam com os requisitos básicos para desempenharem suas atividades?

Sobre as classes multisseriadas, DIAS enfatiza (s/d:14):

“(...) o predomínio das classes multisseriadas dificulta o trabalho das professoras, que dividem um tempo e um espaço com turmas compostas por alunos de séries, idades e níveis de aprendizagens distintos, causando baixa qualidade do ensino, a multisseriação é associada a fatores como: insuficiência e precariedade de instalações físicas das escolas do campo (...”).

Essa precariedade é sem dúvida resultado fruto de políticas públicas insuficientes para a área, falta de interesse público e descaso com a educação, de um modo geral. E quando nos referimos às escolas do campo, esses dados e constatações são ainda mais alarmantes que se compararmos com as escolas da cidade. Tudo isto configurado num espírito de que, qualquer coisa para os alunos do campo será suficiente, estando arraigadas concepções de que esse grupo social frequentemente deixa a progressão dos seus estudos para darem continuidade a agricultura familiar e desenvolverem trabalhos no campo. Nesse tipo de concepção não se levaria em conta a possibilidade de terem, esses agricultores, outras opções e ainda, principalmente, de compreenderem que a educação é um direito adquirido e constituído legalmente, devendo, por isso e também, ser respeitado e incentivado.

Alguns outros pontos merecem destaque como o livro didático, que já colocamos. Este geralmente traz uma visão urbana em seus escritos, com uma linguagem distante e fora da realidade do meio rural, não auxiliando com tanta eficiência, como poderia, o profissional da educação.

O calendário escolar tem espaço também nessa discussão. O referido, não adaptado para as épocas de plantio e de colheita, já que é feito pela secretaria municipal de educação, ignora o fato das crianças geralmente ajudarem seus pais na agricultura. Assim, elas se veem no dilema de frequentar as aulas e ao mesmo tempo ajudarem seus pais e familiares no trabalho no campo, visto ser comum esse envolvimento de todos os membros da família.

A proposição seria que as épocas de plantio pudessem ser consideradas e o calendário, construído coletivamente, levando em conta as especificidades desses grupos. Caso contrário, verificar-se-á uma limitação por parte dos estudantes filhos e filhas dos/as agricultores/as, que

ao invés de encontrarem na escola um auxílio para suas vidas e um incentivo ao diálogo, ao pensamento crítico, terão um obstáculo a ser vencido, uma conflitante realidade que só será possível para poucos e alguns.

Assim, qualidade nas escolas do campo e consideração de seus contextos, podem andar juntos, lembrando que não propomos aqui a **estagnação e limitação** de assuntos e conhecimentos, mas a ampliação dos mesmos, a partir do ponto que os estudantes se encontram:

“A preocupação com a qualidade do ensino no meio rural implica na oferta de conteúdos que, além de terem caráter universal, sejam contextualizados segundo especificidades da realidade do campo, valorizando a cultura local e proporcionando aos alunos acesso e continuidade nos estudos, permitindo a ampliação da cidadania da população do campo, bem como sua inserção no mercado de trabalho”.

Apesar de já termos grandes melhorias no ensino do campo na cidade, ainda encontramos professores leigos, hoje em eles são poucos por causa da LDB 9394/96, mas há pouco tempo atrás encontrávamos escolas com unidocência, onde mulheres que não possuíam nem sequer o primeiro grau completo, tinham que se desdobrar como professoras de turmas multisseriadas, diretoras, merendeiras, secretárias e serventes.

Outro ponto importante de ressaltar é que essas escolas rurais não possuem equipe diretiva, tendo somente um professor encarregado, nomeado pela Secretaria da Educação. Dessa forma chamamos a atenção para as dificuldades e limitações enfrentados por este profissional e pela instituição como um todo que sente a escassez de trabalhadores como diretores, vices, coordenadores e supervisores escolares...

É importante colocarmos, ainda, que há, desde o ano de 2007, na cidade de São José do Norte, um polo universitário para formação de professoras e professores, possuindo cursos à distância como pedagogia e educação no campo. Podendo ser visto como resultado de algumas medidas do governo Lula, é o caso do GPT “Plano ou Política Nacional de Formação de Educadores de Campo” que previa a instituição nas escolas que possuem nível médio, de uma formação inicial para educadores que iriam trabalhar no campo.

É importante ainda assim, investigar se esses avanços têm se traduzido em melhorias efetivas para a educação do campo de São José do Norte, o que realmente mudou e o que ainda precisa ser aprimorado, modificado e construído visando uma educação emancipatória, que esteja disposta a dialogar com seus sujeitos, que possa discutir a situação daqueles trabalhadores e trabalhadoras da agricultura, entendendo a escola, não como algo isolado, mas como um espaço de vida, descobertas, construções, enfim, entendendo-a na sua função

política, que pode produzir e incentivar o questionamento, o compartilhamento de experiências e o fortalecimento de utopias e sonhos.

A infância nesse contexto: que considerações?

Através de estudos como o de Ariès (1981), pudemos constatar que as crianças nem sempre foram vistas como sujeitos com necessidades e especificidades diferentes das dos adultos. Este autor nos aponta, através de seus estudos, alguns sentimentos que foram construídos pela infância, ao longo dos tempos, desde a “invisibilidade” na Idade Média, até o sentimento de preocupação, na sociedade moderna.

A partir deste importante estudo, outros autores e autoras se dedicaram a estudar e problematizar o assunto e hoje temos significativas contribuições às infâncias, tanto em estudos no Brasil: Kuhlmann Jr. & Fernandes, Redin e Didonet, Ana Cristina Coll Delgado, como em outros países, a citar Francesco Tonucci (Itália), Catarina Tomás, Pinto & Manuel Sarmento (Portugal), entre outros e outras.

Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004) falam da diversidade das infâncias, argumentando que não podemos pensar o assunto, desprezando o contexto vivido, a sociedade, as culturas. Para esses autores, o termo deve ser usado no plural, ou seja, as infâncias, visto que, segundo eles, esse tempo que acontece na vida de todos e todas, acontece distintamente, mas é assim, condição de toda criança. Dessa forma, é problematizada a questão do “ter ou não ter infância”, debatida por alguns, onde nessa concepção, não existiria criança sem infância, mas sim, infâncias diversas, vivenciadas em diferentes espaços e culturas³.

Assim, compreendemos que pensar a educação do campo considerando a infância e seus sujeitos é defender a participação desses mesmos nos processos de decisão, entendendo-os ainda, como um grupo capaz de manifestar os seus anseios, colaborar na construção de uma escola que atenda às suas necessidades e que estão nem além, nem aquém dos adultos, mas sim em outra posição, como sujeitos inter-relacionais, que dialogam e fazem parte da sociedade, como os demais cidadãos e cidadãs.

Sabemos que as crianças existem em todas as cidades, assim como em São José do Norte e mais especificamente, no meio rural, ao qual nos detemos neste estudo, porém sabemos também que nem sempre elas são indagadas e convidadas a participarem das

³ A introdução sobre a infância até este ponto também faz parte de um texto de Vânia R. Pascoal Maia (2010), que está publicado no site webartigos.com.

decisões maiores da sociedade, ou seja, há de fato um desequilíbrio de poder, que fazem com que estes sujeitos fiquem excluídos, mesmo existindo e fazendo parte da rotina desses lugares. Seria o que alguns autores apontam como uma visão adultocêntrica da sociedade, onde prevalecem as decisões dos adultos em detrimento do grupo infantil. Estes, considerados, ao longo da história como os “sem vozes”, o “futuro da humanidade”, como projetos de algo que ainda está por vir, acabam sendo esquecidos no presente, no que são agora, no momento atual, com seus desejos, necessidades, particularidades e proposições.

Faz-se necessário assim que questionemos e que possamos analisar: As crianças do meio rural, nas escolas de São José do Norte, são convidadas a participarem dos processos decisórios? Quem decide o que é importante para elas? Há um planejamento nas turmas de educação infantil a partir das vivências e bagagem que elas trazem ou o processo é pensado e definido a partir somente dos adultos, tendo em vista um modelo “ideal” de criança/infância?

Considerações finais

Como considerações finais, levantamos algumas questões, como a indagação dos motivos que levam atualmente a cidade de São José do Norte a ter os maiores índices de analfabetismo do estado do Rio Grande do Sul e ainda, o porquê de estar localizada no meio rural a maioria desses analfabetos. Apesar de termos algumas hipóteses, como o fato de a maioria ter que deixar a escola para trabalhar na agricultura, visto as poucas condições de acesso as escolas ou por terem que deixar o campo para trabalhar na cidade, entendemos ser necessário investigar o pano de fundo dessas questões, que muitas vezes são entendidas com “normalidade”, ignorando o direito que todos e todas têm à Educação e o dever que o poder público tem de oferecer este serviço, garantido por lei.

Outro ponto que deixamos para problematização é o motivo pelo qual se preferem muitas vezes, fechar escolas no meio rural, para transferir esses alunos para outras mais distantes, usando como desculpa, a qualidade destas últimas. Acreditamos que se faz necessário investir nas escolas do campo, levando em consideração os seus estudantes e famílias do meio rural, que nem sempre podem se deslocar para lugares mais distantes e que também, têm seus tempos reduzidos pelo trabalho na agricultura.

A formação de professores é questão essencial para se pensar as escolas deste meio, fazendo-se necessário a formação inicial adequada desses profissionais, investimentos e tempos disponíveis para a formação continuada dos mesmos e ainda apoio pedagógico de qualidade, com disposição de materiais e escolas equipadas para que o trabalho dos

profissionais da educação possa estar permeado de sentidos e incentivos, ultrapassando o discurso do senso comum de que a profissão exigiria “dom” e “vontade”. Entendemos que esses profissionais, assim como quaisquer outros, precisam de formação técnica, apoio profissional, incentivo financeiro, qualificação e retorno para desenvolverem seus ofícios com criticidade e comprometimento.

Diante do exposto e de outras questões que levantamos no nosso trabalho, compreendemos a necessidade de um aprofundamento maior no assunto e é o que pretende fazer a primeira autora deste artigo, Iviliane Gautério, em sua possível pesquisa de Mestrado. Constatamos a relevância do assunto, quando presenciamos no município citado (São José do Norte), cidade também em que vive a autora, a precariedade das escolas do campo e as dificuldades que enfrentam os filhos e filhas de agricultores/as, que precisam estudar, mas que também dividem seus tempos entre a escola e a ajuda aos pais, visto ser a agricultura um trabalho essencialmente familiar, que conta com todos os membros da família. Por outro lado, também, a qualidade das escolas disponíveis também são questionáveis, e essas crianças se veem a mercê de um currículo, muitas vezes, elaborado contraditoriamente às suas realidades e em uma instituição de ensino que, na maioria das vezes, não leva em consideração os seus contextos, as suas opiniões, não os vendo em fim, enquanto sujeitos capazes de opinar e colaborar na construção da educação que se deseja.

Assim, a partir destes dados bibliográficos que trazemos, vemos como possível investigar, de forma aprofundada, a constituição atual destas escolas, no município de São José do Norte, dialogando com os sujeitos que vivenciam este lugar e inclusive, ouvindo as crianças, apoiadas na Sociologia da Infância e nos estudos que as compreendem enquanto sujeitos e não apenas enquanto objetos de pesquisa.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, P. “**História social da criança e da família**”. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Educação Básica e o movimento social do Campo**. – Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo ,1999. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº2) BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DELGADO, A. C. C. Uma etnografia com crianças: grupos geracionais e manifestações culturais das crianças. In: Infâncias- cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Medicação, 2007.

DIAS, Márcia Antonia. **A educação no campo: As especificidades da docência nas escolas rurais se São José da varginha**. Disponível em: <http://www.lfti.com.br/EMEC/trabalhos/252/A%20educacao%20no%20campo%20as%20especificidades%20da%20docencia%20nas%20escolas%20rurais.pdf> acesso em: 19 de Outubro de 2011 às 14h26min.

Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em setembro de 2011.

KUHLMANN JR., M. & FERNANDES, R. **Sobre a história da infância**. In: FILHO, L. M. F (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, C. R. S. **Que cidade sustentável está na agenda?**”Parte de um estudo de pós-doutorado do autor, com a supervisão de Henri Acselrad na UFRJ/IPPUR. Ano 2010.

MACHADO, C. R. S. **A cidade como desenvolvimento humano sustentável**. In: *A cidade sustentável e o desenvolvimento humano na América latina- temas e pesquisas*. Organizado por Antônio C. P. Soler... [et al.]- Rio Grande: FURG, 2009.

MULLER, Fernanda. REDIN, M.M. **Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares**. In: Infâncias- cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Medicação, 2007

MUNARIM, Antônio. **Educação do campo e pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília- Ministério do desenvolvimento agrário, 2006.

SANTOS, Felipe Alonso. **Relações de saberes e relações intersubjetivas: contribuições da educação ambiental na construção de conhecimentos significativos na sala de aula da escola do campo**. Disponível em: <http://www.educacaoambiental.furg.br/images/stories/dissertacoes/2008/felipe%20alonso%20dos%20santos.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2012 às 20h33min.

REDIN, Euclides, DIDONET, Vital. **“Uma cidade que acolha as crianças:políticas públicas na perspectiva da infância**. In: Infâncias- cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Medicação,2007.

TOMÁS, Catarina.”**A Infância no contexto da globalização:Que riscos?**”. Disponível em http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/asas.pdf. Acesso em 09/2011.

TOMÁS, C. FERNANDES, N. **participação e Acção pedagógica: A valorização da competência e da acção social da criança**. Disponível em: <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/Xcongreso/pdfs/t6/t6c184.pdf> Acesso em setembro de 2011.